

Seguro Acidentes de Trabalho

Documento de informação sobre produtos de seguros



Companhia: Generali - Companhia de Seguros S.A.

Entidade legalmente autorizada para a exploração de seguros do Ramo Não Vida em Portugal e Matriculada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa – Portugal (NIF 513 300 260)

Produto: Acidentes de Trabalho Domésticas

A informação constante deste folheto não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida sendo que, as mesmas, serão disponibilizadas noutro documento.

Qual é o tipo de seguro?

O seguro de Acidentes de Trabalho para Empregadas Domésticas por conta d'outrem é um seguro obrigatório, que consiste na Transferência do risco da Entidade Empregadora para o Segurador, garantindo os riscos traumatológicos decorrentes de acidentes caracterizados como de trabalho, ocorridos no exercício da atividade profissional de Domésticas "Casas Particulares".



Que riscos são segurados?

✓ TRABALHADOR "domésticas casas particulares" – O trabalhador vinculado por contrato de trabalho ou contrato legalmente equiparado.

✓ Acidente de trabalho é aquele que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal ou perturbação funcional de que resulte redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte.

Também se considera acidente de Trabalho:

- ✓ Ocorrido no trajeto, normalmente utilizado e durante o período de tempo habitualmente gasto pelo trabalhador entre a sua residência habitual e as instalações que constituem o seu local de trabalho.
- ✓ Entre o local de trabalho e o local de refeição.

Prestações em dinheiro

- ✓ Indemnização por incapacidade temporária para o trabalho.
- ✓ Indemnização em capital e pensão por incapacidade permanente para o trabalho.
- ✓ Subsídio por situação de elevada incapacidade permanente
- ✓ O subsídio e pensão por morte.
- ✓ O subsídio para readaptação de habitação

Prestações em espécie

- ✓ Assistência médica, medicamentosa, hospitalar e cirúrgica.
- ✓ Transportes para observação, tratamento ou comparecimento a atos judiciais.
- ✓ O fornecimento de ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais
- ✓ Os serviços de reabilitação médica ou funcional para a vida ativa.



Há alguma restrição da cobertura?

! A comunicar previamente à Generali a deslocação ao estrangeiro das Pessoas Seguras a território de Estado não membro da União Europeia, bem como a deslocação a território de Estado membro da União Europeia caso seja superior a 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, inoponível às Pessoas Seguras.

! Quando o acidente tiver sido provocado pelo Tomador do Seguro, seu representante, ou entidade por aquele contratada e por empresa utilizadora de mão-de-obra, ou resultar de falta de observância, por aqueles, das regras sobre segurança e saúde no trabalho, ou aqueles tenham lesado dolosamente o Segurador após o sinistro.

No caso de a retribuição declarada ser inferior à real, o Tomador do Seguro responde:

- ! Pelas indemnizações por incapacidade temporária e pensões correspondentes à diferença da retribuição.
- ! Proporcionalmente pelas despesas efetuadas com a hospitalização e assistência clínica.
- ! A retribuição declarada não pode ser inferior à retribuição mínima mensal garantida mais elevada.



Que riscos não são segurados?

- ✗ As doenças profissionais;
- ✗ Os acidentes devidos a atos de terrorismo e de sabotagem, rebelião, insurreição, revolução e guerra civil;
- ✗ As hérnias com saco formado;
- ✗ Ficam excluídos do presente contrato os acidentes de trabalho de que seja vítima o Tomador do Seguro, quando se trate de uma pessoa singular, bem como todos aqueles que não tenham com o Tomador do Seguro um contrato de trabalho.



Onde estou coberto?

- ✓ Em Portugal
- ✓ Os acidentes de trabalho que ocorram no estrangeiro e de que sejam vítimas trabalhadores portugueses e trabalhadores estrangeiros residentes em Portugal, ao serviço de uma empresa portuguesa estão cobertos por este contrato, salvo se a legislação do Estado onde ocorreu o acidente lhes reconhecer direito à reparação, caso em que o trabalhador pode optar por qualquer dos regimes.



Quais são as minhas obrigações?

O Tomador do seguro está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pela Generali.

Durante a vigência do contrato, o Tomador do seguro e, ou, o Segurado, devem comunicar à Generali, quaisquer alterações do risco.

A transferência da retribuição a segurar é sempre da responsabilidade do Tomador do Seguro, sendo que deve abranger, tanto na data de celebração do contrato como a cada momento da sua vigência, a tudo o que a lei considera como elemento integrante da retribuição e todas as prestações que revistam carácter de regularidade, que incluem designadamente o subsídio de alimentação, os subsídios de férias e de Natal.



Quando e como devo pagar?

O prémio a pagar à Generali será calculado por aplicação de taxas percentuais aplicadas aos valores dos salários transferidos e das coberturas efetivamente contratadas.

O prémio ou fração inicial é devido na data da celebração do contrato, pelo que a eficácia deste depende do respetivo pagamento.

O pagamento pode ser efetuado por Débito Direto, por Multibanco, através do Mediador e diretamente na Generali.



Quando começa e acaba a cobertura?

A cobertura dos riscos de acidentes de trabalho começa às 0 (zero) horas do dia seguinte ao conhecimento do risco pela Generali e termina às 24 (vinte e quatro) horas do ultimo dia de risco.

Nas renovações a cobertura começa às 0 (zero) horas do dia de início de cada período e termina às 24 (vinte e quatro) horas do ultimo dia de cada período.

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.



Como posso rescindir o contrato?

O contrato pode ser celebrado por um período de tempo certo e determinado (seguro temporário) ou por 1 (um) ano e seguintes, caso em que se renovará sucessivamente no termo de cada anuidade, por períodos anuais, exceto se qualquer das partes o denunciar com a antecedência de, pelo menos, 30 (trinta) dias em relação ao termo da anuidade, ou se o Tomador do Seguro não proceder ao pagamento do prémio da anuidade subsequente ou da primeira fração deste.

Nos termos da lei, o contrato pode ainda ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Modalidade de Seguro?

Prémio fixo, quando o contrato cobre um número previamente determinado de Pessoas Seguras, com um montante de retribuições antecipadamente conhecido.